

MERGULHANDO NUM MAR DE RELAÇÕES: REDES SOCIAIS COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO EM BAIROS POPULARES

Angelo SERPA¹

Resumo

Neste artigo discute-se o papel desempenhado pelos agentes e redes sociais na produção do espaço urbano e seu impacto sobre os processos socio-espaciais em três bairros de urbanização popular em Salvador, Bahia, apontando para a desconstrução da clássica dicotomia centro-periferia e priorizando o bairro como recorte espacial para os estudos de geografia urbana na contemporaneidade. A pesquisa objetiva, a partir dos dados e informações levantados nos bairros populares, construir novas metodologias de abordagem dos “espaços vividos” pela população de baixa renda, com o intuito de embasar políticas efetivas de planejamento participativo no contexto da capital baiana, entendendo os “bairros” como espaços de vivência e áreas prioritárias de intervenção.

Palavras-chave: bairro popular; redes sociais; periferias urbanas; espaço vivido.

Abstract

A dive in a relations sea: social nets as change agents in popular quarters

The article argues the social nets and agents role in the urban space production and it's impact on the social-space procedures in three popular urbanization quarters of Salvador, Bahia. It points to the deconstruction of the classic center/periphery dichotomy and gives priority to the quarter as a special indenture for the contemporaneous urban geography studies. From the inquired data and information of popular quarters, the search looks for to built new approach methodologies of the low rent population “lived spaces” in order to underlie effective politics of participant planning in Salvador context, understanding the “quarters” as spaces of sociability and areas of priority in intervention.

Key-words: popular quarters; social nets; urban peripheries; “lived spaces”.

¹ Professor Adjunto Doutor do Departamento e Mestrado de Geografia da Universidade Federal da Bahia, bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq - Endereço para correspondência: Av. Princesa Leopoldina, N. 359, AP. 602, Edifício Vale da Princesa, Graça. Salvador – Bahia. CEP: 40.150-080. - e-mail: angserpa@ufba.br

UMA BREVE INTRODUÇÃO: OS PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

O artigo que se segue foi em parte subsidiado por minha participação nas discussões da mesa redonda *"Periferias Urbanas: Tipos e dinâmicas de expansão, agentes de suas transformações"*, no VIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, em Recife-PE, pautada nas experiências desenvolvidas nos últimos anos em alguns bairros populares de Salvador, no âmbito das atividades do Projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação, no Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia.

O projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação busca, desde o início dos trabalhos, em 1997, produzir subsídios técnicos para o planejamento de áreas carentes e periféricas, disponibilizando sobretudo informações colhidas e sistematizadas junto às comunidades pesquisadas (Bairros de Plataforma, Pirajá, Cajazeiras, São Tomé de Paripe, Ribeira e Cruzú). O "Espaço Livre" é uma pesquisa que articula diferentes variáveis - transporte público, comércio e serviços, espaço livre público e identidade cultural - na escala do bairro. As variáveis são trabalhadas de modo específico nos diferentes sub-projetos e levantadas em campo com auxílio de entrevistas e aplicação de questionários. Levantamentos cartográficos, fotográficos, bem como o levantamento de informações estatísticas e de dados históricos junto aos órgãos públicos, arquivos e bibliotecas são também parte integrante da metodologia aplicada para obtenção de dados secundários².

Três pressupostos fundamentais vêm norteando nossos trabalhos. O primeiro deles é a necessidade de superação da rígida dicotomia centro versus periferia, relativizando-a a partir da instrumentalização do conceito de bairro como espaço vivido e sentido, como lugar. São várias as razões para essa opção teórico-metodológica.

O processo de formação e consolidação de centralidades é dinâmico (e histórico, requer a periodização como ferramenta metodológica). O entendimento da dinâmica dos deslocamentos de centralidades intrabairro nas áreas de urbanização popular das grandes cidades pode ser a chave para a formulação de um novo ideário em políticas de intervenção urbana. Essas centralidades são resultado de um processo lento e cotidiano de demarcação de territórios e se traduzem em formas espaciais com forte identificação com os habitantes dos bairros populares (SERPA, 1998).

Em segundo lugar, é sempre necessário um recorte espacial, uma escala de análise, para hierarquização dos vários "centros" em um contexto regional, metropolitano e municipal. O espaço urbano é sempre fragmentado, mas também articulado (CORREIA, 1997), daí a idéia de uma hierarquia (relativa) de centros e periferias. Nas grandes cidades brasileiras, o recorte espacial priorizado pelas estatísticas oficiais é, em geral, o das regiões administrativas (ou distritos), espaços abstratos e grandes demais para despertar empatia como "espaços vividos" pela população, como "lugar". É no bairro que se elabora o sentimento de pertencimento ao "lugar", espaço das práticas cotidianas e aparentemente banais.

Trabalhar o espaço urbano baseando-se numa rígida noção de centro versus periferia esconde, na verdade, uma rica diversidade de situações, expressa na noção/conceito de bairro como uma unidade morfológica e estrutural (ROSSI, 1998), seja ele "central" ou "periférico". Aliás, central e periférico em relação a que? A quem? Há, na verdade, duas "periferias": aquela com urbanização de *status* e aquela com urbanização popular. As periferias nobres, valorizadas por amenidades físicas (mar, sol, verde), ganham infra-estrutura adequada e tornam-se bairros de *status*. Segundo Corrêa (1993), em vista do sentido

² Parte dessas pesquisas foram sistematizadas e publicadas na coletânea de textos "Fala, Periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano" (SERPA, 2001).

pejorativo do termo periferia, estes bairros *“fisicamente periféricos não são mais percebidos como localizados na periferia urbana, pois afinal de contas os bairros de status não são socialmente periféricos!”* (CORRÊA, 1993, p. 18).

A noção de centro-periferia dá conta das desigualdades, mas não das diferenças. O desigual é melhor ou pior, o diferente é apenas diferente! A distinção entre “diferente” e “desigual” é importante, porque, enquanto a desigualdade exige um parâmetro comum, classificatório, que permita uma comparação global, “em rede”, a diferença *stricto sensu* o é no sentido de alteridade, não havendo, a princípio, a possibilidade de hierarquização, já que se manifesta quando confrontada com outra identidade (HAESBAERT, 1997).

Priorizar o bairro como recorte espacial para os estudos de geografia urbana significa, sobretudo, tratá-lo como lugar da experiência e da ação, como espaço vivido e sentido. Entender o bairro como “lugar” implica em vê-lo como um sistema de relações singular, já que o lugar é mais que a soma de objetos ou uma localização (RELPH, 1979) e exprime a experiência e o envolvimento com o mundo; o lugar é sempre identitário, relacional e histórico (AUGÉ, 1994); ele é existencial, fonte de autoconhecimento e responsabilidade social.

Apesar de reconhecermos que os maiores problemas urbanos estão concentrados nos bairros periféricos, periferia aqui entendida como periferia social (com predominância de população de baixa renda, onde a produção do espaço se dá em geral sem a atuação – ou com a atuação tardia – do Estado), achamos também que o maior mal urbano das grandes cidades é a ausência de participação no processo de planejamento. Essa convicção baseia nosso segundo pressuposto teórico-metodológico: Nas grandes cidades é necessário, sem dúvida, um planejamento descentralizado em direção aos bairros, com demandas locais melhor analisadas e explicitadas.

Aqui a noção de autonomia é fundamental: autonomia de decisão, expressa na participação efetiva das comunidades locais no processo de planejamento urbano. Pensa-se aqui a autonomia na direção apontada pelo filósofo Cornelius CASTORIADIS: participação igualitária no processo de tomada de decisões como condição *sine qua non* para sua execução (CASTORIADIS, 1983).

Descentralizar o planejamento em direção aos bairros significa, sobretudo, dar voz e instrumentalizar os diferentes agentes/grupos na gestão do espaço urbano. Não pode haver autonomia sem capacitação, sem informação. Descentralizar também significa buscar soluções de consenso entre os diferentes agentes/grupos, sem hierarquizar as diferentes vontades/identidades.

Chegamos aqui ao nosso terceiro pressuposto teórico-metodológico: A noção de redes de relações sociais deve estar na base da formulação de uma estratégia, de uma metodologia de ação coletiva. Os bairros expressam e condicionam as redes de relações sociais, de vizinhança, de parentesco, de amizade e também as redes associativistas (igrejas, terreiros de candomblé, clubes esportivos, associações de moradores, clubes de mães, etc.).

Nos bairros populares das metrópoles capitalistas são os moradores os verdadeiros agentes de transformação do espaço. Eles articulam-se em “rede”, não uma rede única, mas redes superpostas, conforme o tema que se esteja enfocando. Temos que diferenciar, por exemplo, os tópicos específicos dos jovens, das mulheres casadas, os tópicos dos homens adultos, etc., em cada lugar concreto, e também diferenciar os tópicos das etnias, nas diversas formas em que podem se apresentar suas culturas e subculturas (VILLASANTE, 1996).

As relações de vizinhança constituem um caso particular de “redes do cotidiano”. Elas são ainda muito condicionadas pelas diferenças entre classes sociais. Nos bairros populares, a limitação de oportunidades, a pobreza e o isolamento relativos, a insegurança e o medo acabam por fortalecer-las e torná-las parte fundamental da trama de relações familiares. Nos bairros de classe média, as relações entre vizinhos são mais seleti-

vas e pessoais e, na maior parte dos casos, o maior poder aquisitivo faz diminuir a necessidade de ajuda mútua e aumentar a necessidade individual de espaço (KELLER, 1979).

ESTÁGIO ATUAL DAS PESQUISAS: OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OS PRIMEIROS RESULTADOS

A questão da imagem/identidade dos bairros vem sendo trabalhada com base em levantamentos qualitativos com um universo restrito de entrevistados em alguns bairros populares de Salvador. A partir de 2000, passamos a testar uma nova metodologia de levantamento de dados empíricos em alguns dos bairros estudados (Plataforma e Ribeira, num primeiro momento, e Curuzú, a partir de 2003), baseada em conceitos e procedimentos da Fenomenologia e da Geografia Humanística e da Percepção, visando à qualificação dos levantamentos realizados nos primeiros anos de pesquisa nas áreas-estudo e sua possível aplicação no processo de planejamento. Novas pesquisas estão sendo desenvolvidas nos bairros de São Tomé de Paripe, Boca do Rio e Paripe.

Em comum, os bairros apresentam problemas sociais e de infra-estrutura semelhantes, com predominância de população de baixa renda. Uma análise de sua historicidade, no contexto de evolução urbana da cidade do Salvador, aponta, porém, para algumas particularidades das áreas estudadas:

Primitivamente, a Ribeira – expressão portuguesa que significa ancoradouro de reparação de naus – era uma colônia de pescadores e lugar de veraneio, muito distante do centro da cidade, cuja única via de acesso era o mar. Com a construção da basílica do Bomfim, a Península de Itapagipe passou a receber romeiros de vários pontos da cidade, que passavam ali longas temporadas. O bairro caracterizou-se como industrial, a partir da implantação de diversas fábricas. Após o fechamento destas, intensificaram-se as funções residenciais e comerciais (COELHO; SERPA, 2001).

Situado no Subúrbio Ferroviário, Plataforma é um dos bairros mais antigos dessa região. Os primeiros núcleos de indústria têxtil se estabeleceram na Bahia por volta de 1844 e, em Plataforma, em 1875. O bairro cresceu como vila operária, conforme o binômio trabalho – moradia. Também é do século XIX a instalação de ampla rede ferroviária no Brasil e em particular na Bahia, ligando Salvador ao interior e entrecortando Plataforma. Ao lado da estação ferroviária localiza-se o terminal hidrovário, ligação do bairro com a Península de Itapagipe, hoje desativado (SERPA; GARCIA, 1999).

A história do Curuzú está relacionada à história do bairro da Liberdade que, na segunda metade do século XIX, era conhecido como Estrada da Boiada, por onde passavam os animais que eram levados para o matadouro do Retiro. Localizado no “miolo” da cidade, o Curuzú surgiu da necessidade de novos espaços para habitação popular: os moradores passaram a arrendar as terras da família Martins Catharino, construindo suas casas e promovendo o lento crescimento do bairro. Algumas famílias estão no lugar há mais de um século (SOUZA, 2004).

Trabalha-se o conceito de redes como instrumental para seleção e amostragem dos entrevistados, geralmente partindo-se das redes formais/associativistas (com maior visibilidade), como associações de moradores, clubes de mães, templos religiosos, identificando seus porta-vozes e buscando-se caracterizar suas estratégias de ação e formas de organização, bem como a interação entre eles. O passo seguinte é a identificação das redes informais/submersas, como grupos de jovens, de terceira idade, redes de vizinhança e parentesco, “pinçando-se” também desse universo os porta-vozes dos diferentes grupos identificados.

Para definição do universo de entrevistados em cada bairro pesquisado (20 na Ribeira, 24 em Plataforma e 21 no Curuzú) foram também levados em consideração fatores como sexo, faixa etária, local e tempo de moradia no bairro, a partir dos dados relativos aos setores censitários do IBGE nos anos de 1996 e 2000. Com base na realização de entrevistas com moradores das áreas pesquisadas, pretendeu-se explicitar o entendimento e a imagem que se tem do bairro enquanto conceito (construção mental), já que concorda-se aqui com Tuan (1983) de que o conceito pode ser deduzido e esclarecido por meio de perguntas, dirigidas primeiro para o concreto e depois para o mais abstrato.

Através de técnicas de cartografia cognitiva, com a identificação dos referenciais arquitetônicos, dos percursos, limites etc., conforme a metodologia proposta por Lynch (1990), busca-se a construção de uma representação coletiva para cada bairro, a partir das representações individuais dos moradores (identificando-se os pontos comuns entre as diferentes representações individuais). Segue-se a ordem/sucessão “meu” (representação individual), “nosso” (representação coletiva de nível intermediário, específica para cada grupo – formal ou informal) e “o” bairro (representação coletiva de nível superior) (TUAN, 1983).

As manifestações culturais também vêm sendo objeto de interesse das pesquisas em curso. A relação entre cultura e poder está na base da análise das manifestações inventariadas nos bairros pesquisados. A cultura é vista aqui como um motivo de conflito de interesses nas sociedades contemporâneas, um conflito pela sua definição, pelo seu controle, pelos benefícios que assegura (SANTOS, 1988). Nas entrevistas qualitativas com os moradores foi dada especial atenção às festas e comemorações nos bairros pesquisados: O que você entende por “cultura”? O que há, na sua opinião, em termos de manifestações culturais em seu bairro? Como eram essas manifestações no passado? Algo mudou? Finalmente, a pesquisa buscou também avaliar como a mídia impressa registra essas manifestações, a partir da consulta aos arquivos dos maiores jornais de circulação diária em Salvador, nas duas últimas décadas.

As manifestações culturais dos bairros estão sendo analisadas sob a ótica do conflito global/local, expresso, principalmente, na cooptação/folclorização destas manifestações pelo *marketing* turístico. Para a análise das manifestações encontradas, procedeu-se uma classificação, adotando-se as seguintes categorias: *dominantes* e *subdominantes*, sendo estas últimas divididas, ainda, em *residuais* (que sobram do passado), *emergentes* (associadas a alguma organização local ou que começam a se disseminar no bairro) ou *excluídas* (não existem mais ou estão por se extinguir), a partir das considerações de Cosgrove (1998) sobre “cultura e poder”:

O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura [...] Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político [...] mas também em termos de sexo, idade e etnicidade. [...] As culturas subdominantes podem ser divididas [...] como residuais (que sobram do passado), emergentes (que antecipam o futuro) e excluídas (que são ativa ou passivamente suprimidas) [...] Cada uma destas subculturas encontra alguma expressão na paisagem, mesmo se apenas numa paisagem de fantasia. (COSGROVE, 1998, p. 105).

Nos três bairros já pesquisados, as manifestações mais citadas são as festas e a música. No entanto, essas manifestações aparecem nos depoimentos dos moradores de modo folclorizado, demonstrando uma introjeção pelos habitantes do lugar das imagens e valores veiculados pela mídia e pelo *marketing* turístico (linguagens globais estereotipadas pelas linguagens locais). Muitas dessas festas perdem seu caráter original e passam a obedecer a lógica do lucro, da diversão. Os ritmos mais citados são o pagode e o axé.

Mas, por trás dessas imagens (hegemônicas), pode-se ainda pinçar, nos depoimentos dos moradores, manifestações culturais às vezes “esquecidas” pela mídia e pelo *marketing*

turístico (em Plataforma: capoeira, rendeiras, costura, festa dos pescadores, teatro popular, festas promovidas pela associação de moradores; na Ribeira: pescaria, costumes, coral, carnaval, auto de natal; no Curuzú, o bloco afro Ilê Aiyê, as palestras ministradas na AMAC; a capoeira, o terreiro Vodum Zô, que oferece aulas de capoeira e maculelê, a passeata do dia 13 de maio, o Movimento Negro Unificado; as danças afro).

A questão das subculturas aponta, nos bairros pesquisados, para a importância da questão étnica e para inúmeras tentativas de afirmação de uma identidade afro-brasileira, especialmente nos bairros de Plataforma e Curuzú. Na maioria das vezes, é no espaço das Associações de Moradores, que essas subculturas encontram algum espaço de expressão. Ao mesmo tempo, muitas dessas manifestações vão desaparecendo, permanecendo vivas apenas na memória de alguns moradores.

Pode-se dizer, retomando-se as assertivas de Cosgrove (1958), que o resgate de algumas subculturas residuais (ou mesmo excluídas) e sua transformação em emergentes, vai aos poucos impregnando a vida dos bairros pesquisados, reafirmando e transformando valores do passado e deflagrando novos – ou renovados – processos identitários. No Curuzú, são notáveis os aspectos culturais que demonstram sua forte ligação com as tradições afro-brasileiras. As manifestações culturais “emergentes”, relacionadas com a atuação de terreiros de candomblé e do bloco Ilê Aiyê, tornam-se, gradativamente, hegemônicas no bairro. Elas só podem ser consideradas “emergentes” vistas no contexto da cidade, como afirmação da cultura negra numa metrópole desigual e segregacionista (SOUZA; SERPA, 2004).

A pesquisa sobre imagem/identidade dos bairros, realizada com o mesmo universo de entrevistados, confirma a interiorização na percepção dos moradores de referenciais arquitetônicos veiculados pela mídia e pelo *marketing* do turismo. Há também diferenças no interior dos bairros pesquisados, quanto à incorporação seletiva de algumas áreas pela atividade turística. Geralmente a localização da infra-estrutura também é diferenciada, privilegiando estas áreas, que coincidem muitas vezes com os núcleos históricos dos bairros, mais consolidados e aglutinando população com maior poder aquisitivo. Essa imagem “histórica”, cooptada pelo *marketing* turístico, é “interiorizada” na percepção dos moradores, mesmo daqueles que não moram nas áreas com maior potencial turístico, que acabam por reproduzir uma “representação hegemônica”, estilizada, dos bairros onde moram.

A alteração dos referenciais culturais dos bairros, a partir da popularização/folclorização de suas manifestações, faz, destes espaços, espaços do “novo”, instrumentalizados pela lógica do capitalismo, com a função de multiplicar produção e consumo para os moradores. O bairro passa a ser esse espaço do “novo”, não só em relação às suas manifestações culturais, mas também em relação à sua paisagem, que se modifica a partir de ações externas aos bairros, por intensificação da atividade turística, ou por exclusão do circuito turístico (CORDEIRO; SERPA, 2002).

APROFUNDANDO A DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: A OPERACIONALIZAÇÃO DA NOÇÃO DE REDES SOCIAIS COMO “CONCEITO PROPOSITIVO”

A idéia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais diz respeito a uma estratégia de ação coletiva, a uma nova forma de organização e de ação (como rede). Subjacente a essa idéia encontra-se uma nova visão do processo de mudança social – que considera fundamental a participação cidadã – e da forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo (WARREN, 1996).

A abordagem antropológica tem feito uso do termo redes sociais referindo-se geralmente a redes locais ou geograficamente delimitadas. Já os estudos sociológicos das ações

coletivas e movimentos sociais, que incorporam a noção de redes, podem ser examinados com base em duas perspectivas principais: uma oriunda da tradição americana de análise da ação coletiva e da teoria da mobilização de recursos e outra da tradição originalmente europeia da teoria dos novos movimentos sociais (WARREN, 1996).

Para Bourdieu (2000), as classes que podemos recortar no espaço social (por exemplo, por exigências da análise estatística) não existem como grupos reais, embora expliquem a probabilidade de se constituírem em grupos práticos, famílias, clubes, associações e mesmo movimentos sindicais ou políticos:

O que existe, é um espaço de relações o qual é tão real como um espaço geográfico, no qual as mudanças de lugar se pagam em trabalho, em esforços e sobretudo em tempo [...] E a probabilidade de mobilização em movimentos organizados, dotados de um aparelho e de porta-voz (precisamente aquilo que leva a falar de 'classe') será inversamente proporcional ao afastamento nesse espaço. (BOURDIEU, 2000, p. 136-137).

Villasante (1996) acredita que não há uma rede única, mas redes superpostas:

interessa-nos menos o que é dito, falado, e mais a forma pela qual as pessoas se comunicam; mantém seu grupo coeso, dinâmico; se estão abertas ou fechadas; e qual a dinâmica com relação a outros grupos – setores de base entre os jovens, mulheres, etnias, velhos, etc. (VILLASANTE, 1996).

Em busca dos diferentes modos de comunicação que pudessem nos indicar quais as redes e os agentes sociais mais atuantes nos bairros pesquisados, examinamos cada uma das entrevistas, buscando identificar três tipos de linguagens diferenciadas, as quais corresponderiam àquelas das redes globais, locais ou submersas (VILLASANTE, 1996).

O bairro de Plataforma, carente de infra-estrutura básica, se constitui em um terreno fértil para propagandas eleitorais que prometem ações de melhoria para o bairro. Nos períodos de eleição, os bairros populares se tornam alvo de ações pontuais. Assim, ao restaurar uma praça, a exemplo da Praça São Brás, pretende-se dar a impressão à população de que o bairro está sendo assistido, embora muitas vezes tais ações busquem apenas "camuflar" os muitos problemas enfrentados no cotidiano pelos moradores do bairro. "Ultimamente, o prefeito tem feito alguma coisa por nós [...] reformou a Praça" (Jadilson Nascimento, 24 anos, serralheiro). Interrogados em relação às mudanças que ocorreram no bairro, os entrevistados são unânimes em responder que ocorreram "algumas mudanças momentâneas, devido à eleição" (Margareth Pereira, 27 anos, universitária).

Entretanto, "coisas que a gente não esperava acontecer, mas aconteceram" são motivo de descontentamento para Telclei (37 anos, comerciante), que se refere aos casos de vandalismo relatados também por outros entrevistados, como Ronaldo da Conceição (21 anos, fotógrafo), ao afirmar que "há muito tempo atrás era melhor porque não tinha as brigas de adolescentes e de pessoas de ruas diferentes, é um problema que antes não tinha", como também automóveis que circulam em alta velocidade, disputando corrida, nas proximidades da Praça, ação atribuída à "turma dos vândalos" e "depredadores" dos bens públicos, tais como a Igreja São Brás, cercada por enormes grades a fim de inibir o vandalismo dos "muitos jovens e adolescentes entregues às drogas e à marginalidade" (Jadilson Nascimento, 24 anos, serralheiro).

Ao que parece, esses jovens fazem parte de uma "rede submersa", assim como os freqüentadores assíduos dos diversos bares existentes no bairro e os marisqueiros, que retiram, nos períodos de maré baixa, os mariscos que são utilizados na alimentação das famílias. São exemplos de redes mais informais, construídas no cotidiano; podemos citar ainda como exemplos em Plataforma "um grande número de idosos" (Gildofredo Atacílio do Amaral, 61 anos, médico e farmacêutico) e, principalmente, as redes que se estabelecem no

bairro tendo como vínculo os laços de vizinhança, “como se vê em um ônibus que sai do bairro, onde encontramos muitos conhecidos” (Margareth Pereira, 27 anos, universitária).

Quanto às “redes associativistas locais”, destaca-se a Igreja São Brás que, com a contribuição de jovens católicos, empreendeu uma campanha para arrecadação de cestas básicas para famílias carentes, segundo a entrevistada Alteida Sampaio Silva (77 anos, aposentada da rede ferroviária). A AMPLA (Associação de Moradores de Plataforma) “faz um importante trabalho aqui no bairro, oferece cursos” (Luciano Alves, 20 anos, estudante); além dos cursos, das palestras educativas e das oficinas profissionalizantes, a AMPLA oferece serviços de saúde, creche e oficina de teatro, além da capoeira e do karatê.

No bairro do Curuzú, o bloco afro Ilê Aiyê, a AMAC (Associação de Moradores e Amigos do Curuzú) e os terreiros de candomblé Ilê Axé Jitolu e Vodum Zô também podem ser vistos como “redes locais”, já que desenvolvem atividades no bairro, entretanto cada uma delas contém em seu interior uma certa ideologia, já que esses grupos “quando se expressam, apresentam conteúdos muito divergentes entre si, com respostas ideologicamente muito antagônicas ou bastante complementares” (VILLASANTE, 1996, p. 38). Isto foi bem evidenciado nas entrevistas com os membros dessas instituições, principalmente em relação ao Ilê Aiyê, à AMAC e ao terreiro Vodum Zô: elas não são interligadas, cada uma atua no bairro à sua maneira e nem sempre reconhecem a atuação da outra; há até uma certa rivalidade, pois, com exceção dos membros da AMAC, que reconhecem a atuação significativa do Ilê Aiyê e do terreiro Vodum Zô, estes dois só associam as mudanças sociais ocorridas no Curuzú a sua própria atuação, sem reconhecer a importância das demais organizações locais.

As redes submersas e informais são “redes de relações entre indivíduos, em decorrência de conexões pré-existentes, relações semiformalizadas que dão origem a quase grupos” (WARREN, 1996, p. 168) e também atuam no Curuzú, observando-se alguma união entre os vizinhos, cooperação, amizade e o interesse de muitos pelos problemas do bairro. Valdéria Lopes (41 anos, diretora da AMAC) descreve um episódio que envolveu toda a população, para demonstrar essa união:

Aqui tinha vários pontos de lixo, tinha ponto de lixo aqui de 40 anos e nós resolvemos acabar com isso. Então nós criamos o dia da vassoura, foi um momento que envolveu todas as pessoas, todas no intuito de fazer a coleta [...] e transformar onde era um ponto de lixo em um jardim, então foi uma coisa que envolveu praticamente a totalidade dos moradores. (Valdéria Lopes, moradora do Curuzú).

A rede global tem também uma presença muito marcante no Curuzú: Os poderes públicos trabalham com o discurso, por exemplo, de que o asfalto representa “desenvolvimento e progresso”, ou seja, de que o bairro vem sendo bem assistido pelos órgãos públicos; os moradores, por sua vez, acreditam nas melhorias e isto pode ser notado em depoimentos como o de Flávio Alexandre da Silva (63 anos): “Quando eu cheguei aqui tudo era barro, hoje em dia tá um senhor Curuzú, tudo asfaltadinho...” Deste modo, os poderes públicos atuam no sentido de “maquiar” o bairro, para “vender” a impressão de que este é bem atendido, utilizando-se dessas obras para se promover em épocas de eleição.

Na matéria divulgada no dia 08 de julho de 2001, pelo jornal A Tarde – “*Via Náutica atrai novos investimentos*” -, a Ribeira é apontada como um dos nove pontos do percurso da Via Náutica. O Projeto prevê a construção de um atracadouro em frente à Igreja Nossa Senhora da Penha (um dos referenciais do bairro) e a recuperação da área do entorno, capacitando-a com infra-estrutura de apoio à recreação náutica.

“Nós vamos ter o pier, então é uma coisa que não engloba só as pessoas daqui do bairro, vem gente de fora (...) eu sinto que a Ribeira daqui uns 3 a 4 anos vai ser um bairro potente”. O depoimento de Francisco Miranda (31 anos, restaurador de imagens) reproduz claramente o que vem sendo veiculado pela mídia, instrumento do poder “global”. O fato de a Ribeira estar inserida no Projeto da Via Náutica significa que há perspectivas de que as melhorias que estão acontecendo lentamente no bairro sejam intensificadas pontualmente na orla. Porém, o bairro não é constituído apenas de sua orla (onde a “bairrofilia”³ é constatada com maior intensidade); áreas carentes necessitam da assistência dos poderes públicos no sentido de “promover” melhorias que possam vir a reforçar e integrar o sentimento de identidade pelo bairro como um todo.

Para Terezinha Azevedo (68 anos, diretora da AMAI - Associação dos Moradores e Amigos de Itapagipe), o bairro mudou principalmente em relação à limpeza pública, “a gente usa os meios políticos para conseguir alguma coisa”. No seu depoimento, a representante de uma rede “local”, a AMAI, articula interesses diversos em prol de algo que beneficie a comunidade como um todo. Vera Lúcia Silva (36 anos, comerciante) fala do resultado de reivindicações da AMAI: “eu estou percebendo um pouco mais de limpeza no bairro”, o que também foi constatado por Rita Maria da Purificação (36 anos, produtora cultural): “está tendo mais garis (varredores de rua), antigamente era lixo por tudo que era canto”.

Os encontros de pessoas conhecidas no bairro contribui para que as relações de amizade, vizinhança e solidariedade sejam intensificadas, “se você passar aqui 5 horas da tarde, você vai encontrar algumas pessoas que têm o costume de sentar na frente da porta de suas casas para conversar”, segundo João Carlos (33 anos, professor), o que também é testemunhado por André Simões (30 anos, músico): “fica todo mundo nas portas querendo ver alguma novidade”. Devido à maior possibilidade de comunicação e conseqüente densidade enquanto rede de ação coletiva, a “rede de vizinhança” pode ser a base para a formação de outras “redes submersas” no bairro.

Claudio Rosa (64 anos, aposentado), coordenador de esportes em um campo de futebol nas proximidades da Avenida Porto dos Mastros, afirma que vem “sendo solicitado a fazer reivindicações em favor do bairro e a propor melhoramentos: colocação de refletores, assentos e tela de proteção no campo de futebol”. É importante destacar que, de acordo com Villasante, (1996), as redes “informais”, também denominadas de “submersas”, concentram 95% da população, o que significa que apenas uma minoria está vinculada à rede dos grupos organizados “locais” ou de poder, isto é, “globais”.

Conflitos entre as diferentes linguagens, projetos e estilos de vida podem surgir entre os diferentes agentes/grupos que compõem o bairro como espaço de relações sociais, muitas vezes caracterizando rivalidades entre as redes locais e globais. A construção/ampliação de marinas e atracadouros para implantação da Via Náutica, já mencionada anteriormente, contraria os interesses daqueles que praticam o remo e são entusiastas das regatas na Ribeira. A Via Náutica vai aumentar o fluxo de embarcações no local das Regatas, aumentando os problemas para os competidores:

Em dia de regata, tem muitas embarcações aqui na Ribeira, então é necessário que a Capitania dos Portos retire aqueles barcos que ficam no trajeto, no circuito, às vezes nem com isso eles cooperam, às vezes não vem a Capitania, e isso atrapalha, eu mesmo já perdi um páreo, justamente por causa disso, por que tinha um barco no meio do caminho, na minha raia. (Adriana de Oliveira Bastos, 19 anos, atleta do Clube de Natação e Regatas São Salvador, com sede na Ribeira).

³ Souza (1989, p. 150) sugere o termo “bairrofilia” para expressar “a simpatia, que se realiza como afeição pelo bairro e apego ao bairro”, recordando Tuan (1980, p. 107), para quem “a palavra topofilia (...) pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão”.

No bairro, há pessoas, como Silvio Santos Silva, que “dormem e acordam pensando em remo”:

No momento, a Regata é o evento público mais prestigiado e esperado pelo pessoal. Esporte também é cultura. A gente está batalhando para erguer o Clube Santa Cruz. Foi o clube que me deu oportunidade, que me respeita como pessoa e como profissional. Eu sou o único profissional especializado que trabalha com barco de fibra de vidro na Bahia. (Silvio Santos Silva, morador da Ribeira).

Se podemos inferir que as regatas enquanto uma subcultura residual⁴ reafirma-se no cotidiano do bairro da Ribeira como “emergente”, o mesmo não pode ser dito com relação à pescaria e à mariscagem. Em Plataforma, a pesca se descaracterizou bastante nos dias atuais, tendo sido citada por apenas um morador, que, por sua vez, é pescador. A atividade pesqueira aparece na imprensa escrita apenas em função da mariscagem ainda praticada no bairro. Todavia, a Festa dos Pescadores não recebeu nenhum registro da mídia impressa nas últimas duas décadas. Uma manifestação (festa) conseqüentemente segue a trilha da outra (pescaria), num efeito dominó, visto que seu grupo representante (pescadores) também se encontra enfraquecido (CORDEIRO, 2001).

À GUIA DE CONCLUSÃO: IDENTIDADES SOCIAIS E ALTERIDADE

Os símbolos que compõem uma identidade social não são construções totalmente arbitrárias ou aleatórias, já que sempre mantêm determinados vínculos com a realidade concreta. Ao mesmo tempo em que determina aspectos da vida em sociedade, o simbolismo está repleto de interstícios e de graus de liberdade (HAESBAERT, 1997).

A questão das identidades urbanas mantém-se insuficientemente explorada, mesmo nos estudos de Antropologia. No entanto, parece consensual que “identidades” constroem-se sempre a partir do reconhecimento de uma alteridade. Isso, no entanto, só pode acontecer onde há interação, transações, relações ou contatos entre grupos diferentes. O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto (BOURDIEU, 2000).

É no sistema de relações com o que lhe é externo, ou seja, com a alteridade, que a territorialidade pode ser definida. Na cidade contemporânea, o “capital escolar” e os modos de consumo são os elementos determinantes das identidades sociais. Aqui, diferença e desigualdade articulam-se no processo de apropriação espacial, definindo uma acessibilidade que é, sobretudo, simbólica. Visto assim, acessibilidade e alteridade têm uma dimensão de classe evidente, que atua na territorialização (e, na maior parte dos casos, na privatização) dos espaços urbanos. O conceito de *habitus* é sem dúvida a melhor ferramenta disponível para perceber como a dimensão de classe age sobre cada indivíduo na esfera cultural (GARRIGOU, 1998). A identidade social se define e se afirma a partir de uma alteridade que expressa também uma dimensão de classe, uma alteridade ao mesmo tempo “desigual” e “diferente”.

Os estilos de vida são produtos sistemáticos do *habitus*, que, percebidos a partir das relações sociais, transformam-se em sistemas de signos qualificados socialmente (como

⁴ *As regatas sempre foram disputadas no Tainheiros, participando quatro clubes. A sede do Itapagipe sempre foi aqui mesmo, a do Santa Cruz, na Calçada, do São Salvador, na praia de São Joaquim e a do Vitória, no Farol. Assistir às regatas era uma diversão emocionante, tanto pelo visual que os barcos nos proporcionavam, como pela febre da torcida. Em 2 de abril de 1905, a Federação realizou a primeira regata. A segunda regata ocorreu em 2 de outubro de 1905, quando foi instituída a taça Olga, pelo São Salvador. As regatas, os homens compareciam com cartola e as mulheres usando chapéu, todos muito elegantes* (BORGES, 2001, p. 77-79).

distintos, vulgares, etc.). O fundamento da alquimia que transforma a distribuição do capital em sistema de diferenças percebidas está, portanto, na dialética que contrapõe o *habitus* e as condições materiais objetivas. Trata-se de um “capital simbólico”, indutor de propriedades distintas, um capital pouco conhecido na sua verdade objetiva.

A idéia de bairro do planejador dificilmente coincide com a do morador (TUAN, 1980). Os técnicos ligados ao poder local têm, em geral, uma linguagem e uma motivação diferentes daquelas das pessoas ou dos grupos locais: estão mais vinculados com os que “estão no alto” do que com as redes locais, o que ocasiona um “desencontro de linguagem com os demais grupos e com os setores da base, e torna os relacionamentos fracos ou superficiais” (VILLASANTE, 1996).

Se, por um lado, os bairros populares guardam ainda características do “bairro clássico” da Sociologia Culturalista, como um coeso agregado de unidades de vizinhança, apresentando uma vida de relações consistente e um tanto fechada, na maioria dos casos a tendência desse “tipo” de bairro é desaparecer no contexto das metrópoles capitalistas. Importante, neste novo contexto, é que realidades como os bairros são “lugares”, espaços internalizados mentalmente pelos indivíduos de uma coletividade, que os têm como espaços vividos e sentidos (SOUZA, 1989).

É evidente, portanto, a importância de estudos norteados pelos princípios aqui apresentados, como base para a elaboração de políticas urbanas mais humanas e que levem em consideração a diversidade dos lugares urbanos. As pesquisas em andamento buscam, a partir dos dados e informações levantados em bairros populares de Salvador, construir novas metodologias de abordagem dos “espaços vividos” pela população de baixa renda, com o intuito de embasar políticas efetivas de planejamento participativo no contexto da capital baiana, entendendo os “bairros” como espaços de vivência e áreas prioritárias de intervenção.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus Editora, 1994.

BORGES, Jafé (org.). **Salvador era assim**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou barbárie. O conteúdo do socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

COELHO, Suely dos Santos. **A percepção do bairro através dos diferentes modos de transporte**: Os exemplos da Ribeira e de Plataforma. Relatório Final de Pesquisa (PIBIC/CNPq). Departamento de Geografia/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

COELHO, Suely dos Santos; SERPA, Angelo. Transporte Coletivo nas Periferias Metropolitanas: Estudos de Caso em Salvador, Bahia. **Geografia**, Rio Claro, v. 26, n. 2, p. 91-126, 2001.

CORDEIRO, Márcia de Freitas. **Bairro e Identidade Cultural na Periferia de Salvador**. Relatório Final de Pesquisa (PIBIC/CNPq). Departamento de Geografia/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

CORDEIRO, Márcia de Freitas; SERPA, Angelo. Bairro e identidade cultural na periferia de Salvador. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, 2., Salvador, 2002. **Resumos...** Salvador: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2002. p. 234-234.

- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- GARRIGOU, Alain. Les classes moyennes dans l'histoire et l'histoire des classes moyennes. In : GUILLAUME, Pierre (dir.). **Histoire et historiographie des classes moyennes dans les sociétés développées**. Talence : Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, 1998, p. 207-216.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**. Niterói: EDUFF, 1997.
- KELLER, Suzanne. **El vecindario urbano: una perspectiva sociológica**. 2. ed. México: Siglo XXI ed., 1979.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.
- RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.
- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SANTOS, José Luiz dos. **O Que é Cultura**. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- SERPA, Angelo. **Urbana Baianidade, Baiana Urbanidade**. Salvador: EDUFBA, 1998.
- SERPA, Angelo (org.) **Fala, Periferia!** Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: EDUFBA/PROEX, 2001.
- SERPA, Angelo; GARCIA, Antonia dos Santos. O Potencial Turístico do Subúrbio Ferroviário de Salvador sob a Ótica dos Moradores. In: LIMA, Luiz Cruz (org.). **A Diversidade do Saber-Fazer Turístico**. Fortaleza: FUNECE, 1999, p. 91-102.
- SOUZA, Flávia Silva de. **Identidade de Bairro e Manifestações Culturais em Áreas de Urbanização Popular de Salvador**: Estudos de Caso nos Bairros do Curuzú e São Tomé de Paripe. Relatório Final de Pesquisa (PIBIC/CNPq). Departamento de Geografia/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- SOUZA, Flávia Silva de; SERPA, Angelo. Identidade de Bairro e Manifestações Culturais em Áreas de Urbanização Popular de Salvador: Estudo de Caso no Curuzú. In: SEMOC – SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA, 7., Salvador, 2004. **Resumos...** Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2004. p. 72-72.
- SOUZA, Marcelo José Lopes. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 140-172, 1989.
- VILLASANTE, T. R. Metodologia dos Conjuntos de Ação. In: FISCHER, Tânia (org.). **Gestão Contemporânea – Cidades Estratégicas e Organizações Locais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996, p. 37-51.
- WAREN, I. S. Metodologia das Redes no Estudo das Ações Coletivas e Movimentos Sociais. In: COLÓQUIO SOBRE PODER LOCAL, 6., Salvador, 1994. **Anais...** Salvador: NPGA/UFBA, 1996. p. 165-176.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo/Rio de Janeiro: Difusão Editorial S/A, 1980.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**. São Paulo: DIFEL, 1983.
- VIA Náutica atrai novos investimentos. **Jornal A Tarde**, Salvador, 8 jul. 2001.

Recebido em novembro de 2004

Revisado em fevereiro de 2005

Aceito em fevereiro de 2005